



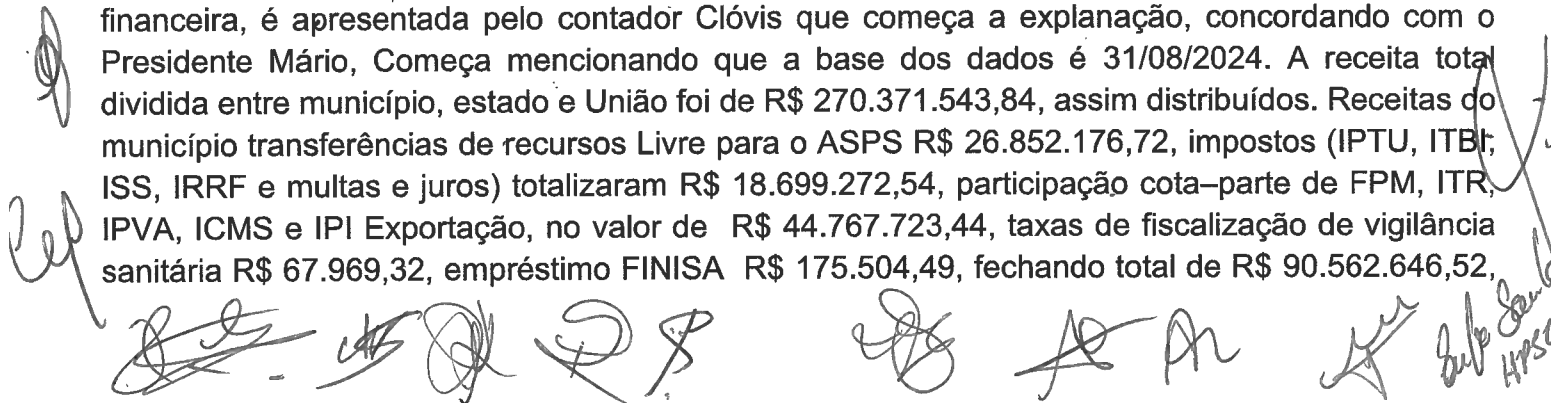
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Rua Ipiranga, 60 – Centro  
CANOAS - Fone (51) 34767784/34763590.

Ata 15/2024

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 18:30 horas, em primeira chamada se reuniram os conselheiros municipais de saúde, na sede da Casa dos Conselhos, sito a Rua Ipiranga, 60, Centro da Cidade de Canoas, com a seguinte pauta: Informações da Mesa, Apresentação do Relatório de Gestão Municipal em Saúde, demonstrativos financeiros 2º Quadrimestre 2024, situação do HNSG, Hospital Universitário e assuntos Gerais e que a pedido do HNSG, por necessidade da Sra. Caren, a pauta será adiantada. O Presidente faz a abertura protocolar e introduz a pauta dizendo que o HNSG está com problemas sérios e para falar sobre isso convidou a diretora assistencial do Graças, enfermeira Caren. A servidora começa informando que são hoje novecentos e setenta e sete funcionários. O Presidente Mário reclama dizendo que empresa com mais de duzentos empregados, deve ter Departamento de Recursos Humanos e que considera que os problemas que a casa vem enfrentando é um “fiasco”, enumerando problemas existentes. Cita que a quantidade de reclamações é ridícula e que o judiciário vem fazendo bloqueios constantes nas contas do hospital e que a juíza, que vinha bloqueando 100% das verbas do hospital dizia que não fazia acordos com a empresa, pois se sentia “chateada” com a empresa, por isso o CMS, foi junto ao Fórum para minimizar, o que adiantou por um lapso de tempo. O conselheiro Eduardo diz que no dia de hoje, foi levado pela secretaria e o HNSG, uma proposta de acordo ao Tribunal Regional do Trabalho, com a possibilidade de ser designado um valor mensal para pagar demandas judiciais, que seriam depositados em uma conta específica, a critério do judiciário a escolha de a quem pagar. A enfermeira Carene plica a situação do HNSG e salienta que o maior problema trabalhista, hoje, é a pendência do recolhimento do FGTS e que vem suportando a superlotação e atraso no pagamento de médicos. Diz que todos os hospitais estão com superlotação. Resolveram tomar medidas com restrições na “porta”, explicando que a presença do HPSC dentro da Casa, aumentou a demanda exageradamente. Explica que o atendimento vai demorar, mas o enfermeiro não pode mandar embora, sem atendimento, para melhorar a análise colocaram mais um médico. Diz que conseguiram diminuir a superlotação, mas que estão prestes a enfrentar uma paralisação dos médicos. Que normalmente recebem em sessenta dias e não receberam devido ao bloqueio da justiça, que deixou o HNSG, sem verbas, porém explica os porquês das retenções e reiterando que a opção de bloqueio de 100% das verbas, inviabiliza o hospital. Acionaram o Sindicato que optou por uma redução nos atendimentos seletivos. Das reclamações da Oncologia afirma que o que não atenderam oram novos pacientes, mas continuam a ser tratados os já assistidos. O Presidente abre a perguntas e a Sra. Saionara, do CAIC pergunta por que tantas demandas trabalhistas e por que não se organizam na esfera trabalhista. A enfermeira Caren responde que trabalham com “cobertor curto”, pois o SUS paga pouco e o dilema seria comprar insumos ou pagar direitos trabalhistas, sendo as dívidas frutos do passado e o conselheiro Mário frisa que a organização já vem sendo cobrada a algum tempo e que agora, irá aumentar, por parte dele. O conselheiro Eduardo menciona a situação do HPSC que está dentro do HNSG e que deveria pagar “aluguel” e que não repassou nenhum valor, devendo só disso, mais de sete milhões e meio, fora outras despesas agregadas e que a questão de pagamentos pelo SUS, é nevrálgica, mencionando a emergência cujo valor pago é de trezentos mil e o custo de mais de uma milhão mensal. A conselheira Cristiane considera a discussão da questão custo. A Sra. Fabiana, da UBS Matias Velho conta a história de um paciente que fez um Raio Xis, na UPA e foi encaminhado ao Graças, porém não foi encaminhado junto. O que obrigou a fazer

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Mário', 'Eduardo', 'Caren', 'Saionara', 'Cristiane', 'Fabiana', and 'HPSC']*

outro RX, com custo dobrado, desnecessariamente. A enfermeira Caren explica que o contrato da emergência é para manter dois médicos e que não cobre o custo, pois demanda muito mais coisas. A conselheira Cristiane fala que quando insistiram no aumento da Tabela SUS, foram criticados, ao que o conselheiro Mário complementa que uma das pautas do CMS é esta e que a população não se interessou. A CLS Paula, do SAE, diz que a Tabela deveria ter mais divulgação e pergunta se o HNSG está pagando FGTS. A enfermeira Caren responde que fará parte do acordo com o Judiciário. O Presidente Mário pergunta aos Agentes Comunitários de Saúde, quantos usuários perguntam a eles "como está sua saúde?", enfatizando que Canoas é uma das poucas cidades que tem Conselhos Locais de Saúde. A ACS Graziela, da UBS Maia Velho, reclama que um paciente nosso, não é atendido em outras cidades, enquanto não é cobrado de outros municípios. A enfermeira Caren diz que o problema do sistema é porta aberta. O Sr. Ernani informa que haverá reunião de eleição, no dia 13/11/2024, às 17:30 horas e pergunta qual o valor recebido pelo Graças e a enfermeira Caren responde que é R\$ 7.993.000,00, o serviço SUS, em todas as especialidades. O Presidente Mário, com a expressão do Sr. Ernani, responde que o Hospital Universitário recebe catorze milhões e alega que é pouco. A CLS Marta, do Guajuviras, reclama da diferenciação existente no atendimento dos moradores de Canoas e outros municípios, na San Pietro. O conselheiro Eduardo fala que deve se referir a moradores de Esteio e que são contratos diferentes. A enfermeira Caren complementa que são inclusive, profissionais diferentes. O Presidente Mário diz que a Mesa esteve no HPSC, para verificar o atendimento e agradece a presença da representante do HNSG. O conselheiro Saulo, representante do HPSC, para contrapor a colocação do conselheiro Eduardo, esclarece que a ida do HPSC para o HNSG, foi uma decisão política e que o argumento do secretário de saúde, Mauro Sparta, é que para eles irem para o HU, teriam que fazer muitas obras. Diz os procedimentos que estão atendendo e que faz um trabalho diuturno para tentar adequar a situação e que está à disposição no HPSC, das 14:00 horas às 22:00 horas. Diz que atendem cento e dois municípios. O Presidente Mário faz os informes do CMS, iniciando com a informação de que a Mesa esteve no HNSG com a Câmara de Vereadores de Canoas, com o intuito de saberem o que podem fazer para ajudar. Esclarece que o contrato do HNSG com a Secretaria de Saúde é determinado pelo Plano Operativo (PO), que diz o que o hospital vai fazer. Caso o Graças não faça será "punido" e este é antigo e está indo de "gaveta em gaveta". Diz que exigiu a apresentação no CMS antes de assinar. O Secretário da Mesa, conselheiro Eduardo, solicita a Plenária autorização para dispensa da leitura, da ata 13/2024, enviada tempestivamente, para análise. O Presidente dirige-se a Plenária e pede a aquiescência dos conselheiros e se existe algum apontamento ou manifestação referente a ata, em atenção. Com a aceitação, o Presidente coloca a ata em votação e esta é aprovada, por treze conselheiros e um, costumeiro para o conselheiro Eduardo, voto de abstenção da conselheira Priscila, da CREFITO. A próxima pauta será a apresentação dos demonstrativos financeiros 2º Quadrimestre 2024. O Presidente diz que em um acerto com a secretaria e o Tribunal de Contas do Estado, foi aceita apenas a apresentação do Relatório ao CMS, suficiente para regularização perante o órgão do estado, mas manteve a obrigação da Comissão de Orçamento e Finanças do Controle Social, de fiscalizar e emitir parecer a ser apreciado pela Plenária, conforme a possibilidade de esta analisar. Lembra o conselheiro Eduardo que, por não ser uma análise criteriosa do CMS, não haverá votação. A parte inicial, financeira, é apresentada pelo contador Clóvis que começa a explanação, concordando com o Presidente Mário, Começa mencionando que a base dos dados é 31/08/2024. A receita total dividida entre município, estado e União foi de R\$ 270.371.543,84, assim distribuídos. Receitas do município transferências de recursos Livre para o ASPS R\$ 26.852.176,72, impostos (IPTU, ITBI, ISS, IRRF e multas e juros) totalizaram R\$ 18.699.272,54, participação cota-parte de FPM, ITR, IPVA, ICMS e IPI Exportação, no valor de R\$ 44.767.723,44, taxas de fiscalização de vigilância sanitária R\$ 67.969,32, empréstimo FINISA R\$ 175.504,49, fechando total de R\$ 90.562.646,52,

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with names like 'Sube' and 'HNSG' written below them.

percentual de 33,50%, da Receita Total. Para o estado em atenção básica R\$ 2.815.865,71, assistência farmacêutica R\$ 272.671,24, média e alta complexidade R\$ 36.454.098,76 e investimentos por convênios/portarias SES/emendas R\$ 550.000,00, formando o valor de R\$ 40.092.635,71, percentual de 14,82%, da Receita Total. Pela União, os valores em atenção básica R\$ 20.056.471,46, assistência farmacêutica R\$ 1.416.173,93, média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar R\$ 75.130.428,28, vigilância em saúde R\$ 3.483.891,50, Gestão em Saúde R\$ 8.265.456,44 e Investimentos em atenção Primária R\$ 9.373.970,00 e na atenção especializada R\$ 21.989.870,00, num total de 139.716.261,61, percentual de 51,68%, da Receita Total. Lembra o contador Clovis que o incremento maior desta verba da União seria para a compra de equipamentos, bem como a aumento de verbas vieram oriundas da problemática das enchentes, bem como a redução da participação do município, também. Explica o Sr. Clóvis que a Gestão em Saúde é o montante, do Piso de Enfermagem. Mostrado comparativo entre os segundos quadrimestres dos anos de 2023 e 2024, tecendo comentários. As receitas do município em 2023 foram de R\$ 92.736.604,84 e 2024, R\$ 90.562.646,52, 2,34%, a menor. Do estado em 2023, R\$ 47.619.696,64 e 2024 R\$ 40.092.635,71, num percentual negativo de 15,81% e da União em 2023, R\$ 85.710.306,45 e 2024 R\$ 139.716.261,61, saldo positivo de 63,01%. Parte para as despesas, abrindo as somas divididas por utilização quanto aos recursos de custeio distribuiu o gestor em folha de pagamento no valor de R\$ 11.587.700,66. Material de distribuição gratuita R\$ 1.611.695,75. No setor hospitalar, o ABC-HNSG, um valor de R\$ 37.102.727,97, sendo R\$ 3.567.657,48 verba do município, R\$ 5.001.952,46, do estado e R\$ 28.533.118,03 da União. Para o IACHS-HPSC, um valor de R\$ 22.667.409,58, do município R\$ 1.004.696,79, do estado R\$ 13.768.918,88 e União R\$ 7.893.793,91. Para a FUNAM-HU, um valor de R\$ 53.021.127,28, divididos em 2.100.000,00 do município, R\$ 15.794.966,52 do estado e R\$ 35.126.160,76 da União. Para as UPAs, CAPs e FMSC, as verbas de custeio, importaram no IB Saúde - UPA's Rio Branco e Liberty Dick Conter, em R\$ 8.510.656,98, sendo Município R\$ 5.698.405,72, do estado R\$ 900.000,00 e verbas federais R\$ 1.912.251,26. Do IB Saúde - UPA Guajuviras R\$ 5.071.739,96, sendo R\$ 3.851.739,96 municipais, R\$ 540.000,00 do estado e R\$ 680.000,00 da União. Para o IB Saúde, de gastos nos CAPS R\$ 4.124.859,24, sendo R\$ 1.968.494,07 do município, R\$ 437.777,52 do estado e R\$ 1.718.587,65 da União. Para a FMSC R\$ 34.125.708,61, sendo R\$ 21.849.529,33 do município, R\$ 2.127.147,44 do estado e R\$ 10.149.031,84 da União. Complementa informando que a SAMU (CAP) R\$ 3.029.451,52, sendo R\$ 1.371.538,08 do município, R\$ 911.713,44 do estado e R\$ 746.200,00 da união. Em Sentenças Judiciais R\$ 1.433.112,31, com valor muito superior ao primeiro quadrimestre, onde foram as despesas empenhadas e no segundo os valores liquidados e demais credores R\$ 23.191.678,10, dividida a participação entre o município R\$ 6.222.986,11, R\$ 330.161,89 estado e R\$ 16.636.530,10 da União. A última parcela do FINISA (financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento) foi quitada no valor de R\$ 244.376,92. Passa o servidor Clovis a traçar o total de despesas de custeio que importaram em R\$ 205.722.244,88, sendo R\$ 60.900.797,23, de verbas municipais, percentual de 29,60%, R\$ 40.156.877,30, verbas estaduais, percentual 19,52% e R\$ 104.664.570,35, percentual de 50,88%. A Despesa em custeio de R\$ 205.722.244,88, se dividiu em R\$ 203.268.625,87 de pagamentos do período e R\$ 2.453.619,01 de restos a pagar (RP). Faz comparativo, de despesas de custeio do mesmo período do ano de 2023 e 2024. Distribui as participações, da forma descrita. Município em 2023, RS 92.846.886,65 e 2024, 60.900.797,23, diminuição de 34,41%. Pelo estado, em 2023, R\$ 39.406.765,34 e 40.156.877,30, em 2024, aumento de 1,90% e verbas federais em 2023 e R\$ 78.976.813,02 e R\$ 104.664.570,35, em 2024. Aumento de R\$ 32,53. Faz análise comparativa, em que o orçamento é de R\$ 824.991.505,00, enquanto o gasto até 31/08/04/2024, foi de R\$ 638.647.630,27, percentual de 77,41%. Finaliza com a aplicação em ações e serviços públicos em saúde calculada foi de 16,12%. Aberto a perguntas, o conselheiro Saulo solicita que as receitas



do estado e da União, sejam disponibilizadas, por subgrupos e no que veio da ençente, salários em atraso e piso. O contador Clóvis diz que mandará a planilha, do estado e da União, que tem. A conselheira Priscila questiona as sentenças judiciais e quais são os serviços presentes no rol das demandas, citando fisioterapias, ensejando a necessidade de ampliar serviço de fisioterapia na Atenção Primária de saúde (APS), uma vez que, atualmente o município conta com apenas três fisioterapeutas concursados na FMSC, sendo apenas um, atuando na Atenção Primária. Diz que é importante discutir o fisioterapeuta e sua atuação na Atenção Básica. A conselheira Daiane enfatiza a importância no aumento da oferta de fisioterapia e fonoaudiologia. O conselheiro Eduardo frisa que existem três empresas prestando serviços na área de Fisioterapia. A Sra. Fabiana Mesquita questiona a exclusão do Melhor em Casa e o conselheiro Presidente responde que a cobrança já está na secretaria. O conselheiro Eduardo reitera que o assunto já foi tratado em atas anteriores e dá o endereço para serem encontradas [www.canoas.rs.gov.br/conselho-municipal-de-saude](http://www.canoas.rs.gov.br/conselho-municipal-de-saude). O contador Clóvis diz que existe a verba para o Programa e até cresceu o valor dos recursos. O Presidente Mário sugere em relação as demandas existe a possibilidade de inclusão do programa no Plano Plurianual, que vale por quatro anos e, é aprovado no primeiro ano do novo governo, valendo até o primeiro ano do novo governo. Anualmente, existe a programação de Saúde, aprovada até o mês de março, em que o governo diz o que vai fazer naquele ano, além do Plano Municipal de Saúde, que nós fazemos. O CLS Luís da UBS CAIC, faz uma colocação perigosa, de que várias propostas foram aprovadas, no Plano Municipal de Saúde e que "nenhuma" foi cumprida. O conselheiro Eduardo diz que é uma colocação decepcionante e solicita que seja claro e diga quais são. A conselheira Daiane defende que a Sra. Fabiana, por considerar que a usuária apenas trouxe a demanda. O enfermeiro Saulo, do HPSC reitera solicitação, feita na reunião anterior, do relatório de erros da máquina de exames, prometido. Atitude aprovada pelo conselheiro Eduardo, que considera importante que um assunto tratado em reunião anterior seja resolvido. O Presidente Mário concorda dizendo que o caso começou com uma conselheira municipal e hoje, de novo, não veio. É necessário o acompanhamento. A conselheira Cristiane sugeriu a conselheira que fizesse uma Ouvidoria. A Sra. Luciana, da UBS Mato Grande, pergunta porque a UBS Mato Grande não foi liberada. A Sra. Adriana da UBS Matias Velho reclama que o Sr. Gilvane prometeu melhorar as condições da UBS e não cumpriu. O Presidente diz que irá "provocar" visita a Boqueirão para conhecermos o responsável e ao departamento de Recursos humanos do HNSG. A conselheira Cristiane pede uma reunião ao Hospital Universitário, pois tem denúncia de que três pessoas estão esperando três ou quatro meses esperando procedimento cirúrgico. O Presidente Mário responde que já pedimos a presença do HU, pois os doutores Potrich e Cereser se afastaram e o diretor que está a frente do hospital. Diz que o secretário Sparta prometeu a presença e que, enquanto este não se apresentar ao CMS, não o "conhece". A Sra. Fabiana, da UBS Matias Velho, diz que existem muitas reclamações de pessoas, precisando de cirurgias há mais de cinco anos. O HU diz que a culpada é a SMS e a Secretaria Municipal de Saúde diz que é a Hospital Universitário. A maior demanda seria Traumatologia. O conselheiro Eduardo solicita que seja mais descritivo o tipo de traumato, pois em algumas áreas sobram vagas. A Sra. Josiane, do HU, diz que quando pacientes precisam hemodinâmica, o SUS coloca restrições de procedimentos, como exemplo, colocação de molinhas. e aí entra a discussão do Plano Operativo, que é de 2018, salientando que se o hospital fizer mais do que está no Plano, não recebem. O Presidente Mário declara que o Conselho Municipal de Saúde, se nega a fazer a discussão de prestação de contas, por falta de Plano Operativo e que na quarta-feira fará a cobrança ao secretário. A conselheira Maria Helena, do Sindisaúde pergunta se o familiar tem conhecimento destas restrições. Não obteve resposta. Uma reunião cansativa, mas muito importante pelas resoluções e assim encerra a reunião às 21:13 horas, em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, lavrei a presente ata, que vai por todos os interessados, assinada.

